



**ACÓRDÃO Nº250/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº12184/2022.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Fundo Especial do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas-CBMAM
- 4- **Exercício:** 2021
- 5- **Responsável:** Srs. Orleilso Ximenes Muniz e Danízio Valente Gonçalves Neto
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5320/2022-DIMP-GPG-FCVM, da Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alber Furtado de Oliveira Júnior.
- 10- **Relator Substituto:** Mário José de Moraes Costa Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Fundo Especial do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas-CBMAM. Exercício de 2021.

*Regularidade. Quitação. Irregularidade. Revelia. Multa. Determinação. Ciência. Arquivamento.*

**11- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator em substituição Mário José de Moraes Costa Filho, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 11.1. **Julgar regular** a Prestação de Contas Anual do **Sr. Orleilso Ximenes Muniz**, Comandante-Geral e Ordenador de Despesas do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas-CBMAM, no curso do exercício de 29/11/2021 a 31/12/2021, com fulcro no art. 22, I da Lei nº 2423/96, tendo em vista a ausência de Achados de Auditoria a serem sanados;
- 11.2. **Dar quitação** ao **Sr. Orleilso Ximenes Muniz**, de conformidade com os arts. 23 e 72, I, ambos da Lei nº 2.423/1996, c/c art. 189, I, da Resolução nº 02/2002 TCE-AM;
- 11.3. **Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual do **Sr. Danízio Valente Gonçalves Neto**, Comandante-Geral e Ordenador de



**ACÓRDÃO Nº250/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

Despesas do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas-CBMAM, no curso do exercício de 01/01/2021 a 29/11/2021, nos termos do art. 22, III, “b”, da Lei nº 2423/96, tendo em vista os Achados de Auditoria nº 2, 4 e 7 da Notificação nº 195/2022-DICAD, não sanados;

**11.4. Considerar revel o Sr. Danizio Valente Gonçalves Neto**, Comandante-Geral e Ordenador de Despesas do CBMAM, no período de 01/01/2021 a 29/11/2021, na forma do art. 88, caput, da Resolução nº 04/2012-RITCE/AM;

**11.5. Aplicar Multa ao Sr. Danizio Valente Gonçalves Neto**, Comandante-Geral e Ordenador de Despesas do CBMAM, no período de 01/01/2021 a 29/11/2021, no valor de R\$ 13.654,39 (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais, e trinta e nove centavos), nos termos do art. 54, VI da Lei nº 2423/96 c/c art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM, pelos Achados de Auditoria nº 2 e 4 da Notificação nº 195/2022-DICAD, não sanados, em função de grave infração a norma legal ou regulamentar; e no valor de R\$ 3.413,60 (três mil, quatrocentos e treze reais e sessenta centavos), nos moldes do art. 54, II “b”, da Lei nº 2423/96 c/c art. 308, II, “b” da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM, pelo Achado de Auditoria nº 7 da Notificação nº 195/2022-DICAD, não sanado, totalizando o montante de R\$ 17.067,99 (dezessete mil e sessenta e sete reais e noventa e nove centavos), e fixar prazo de 30 (trinta) dias para que o responsável recolha o valor da MULTA, na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em



**ACÓRDÃO Nº250/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

nome do responsável;

**11.6. Determinar recomendação** ao Fundo Especial do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas-CBMAM, nos termos do art. 188, §2º do Regimento Interno/TCEAM no sentido de:

**11.6.1.** nos exercícios vindouros, observar os prazos regulamentados pelo TCE/AM, para envio dos balancetes mensais, via sistema e-contas, sob pena de incidência de multa, nos termos do art. 54, II, “b”, da Lei nº 2423/1996;

**11.6.2.** acostar aos autos dos processos administrativos referentes aos procedimentos licitatórios e às contratações diretas os expedientes enviados formalmente pelo Órgão, solicitando as cotações de preços das empresas;

**11.7. Dar ciência** sobre o teor desta Decisão aos **Srs. Danizio Valente Gonçalves Neto e Orleilso Ximenes Muniz**, bem como aos seus Patronos, com cópia do Relatório-Voto e do respectivo Acórdão;

**11.8. Arquivar** o presente processo, após cumpridas as determinações acima.

**12- Ata:** 4ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

**13- Data da Sessão:** 23 de Fevereiro de 2023.

**14- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente votou), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto, Mário José de Moraes Costa Filho e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocados).

**14.1. Auditor presente e Relator, em substituição:** Mário José de Moraes Costa Filho.

**15- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora-Geral, em substituição.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO**  
Auditor-Relator, em substituição

**ELISSANDRA MONTEIRO FREIRE ALVARES**  
Procuradora-Geral, em substituição

Publicado no Diário Eletrônico  
do TCE/AM,

Edição Nº \_\_\_\_\_

De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

Pág. 4

**ACÓRDÃO Nº250/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

Este documento foi assinado digitalmente por ERICO XAVIER DESTERRO E SILVA em 28/02/2023.  
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: D427BC2F-BBB366B8-2CCBDFE7-C11560C2